

• Constituinte

SEGUNDO TURNO

Plenário analisa os capítulos I e II, mas exclui pontos polêmicos

por Adriana Vera e Silva de Brasília

Depois de ter ficado paralisada por falta de quórum por cinco dias subseqüentes, a Assembleia Nacional Constituinte realizou ontem a mais extensa votação do segundo turno até agora. Foram analisados pelo plenário os capítulos I e II da nova Constituição, referentes aos direitos e deveres individuais e coletivos e aos direitos sociais, mas muitos pontos polêmicos destes capítulos deverão ser votados hoje.

Para apressar os trabalhos da Assembleia, os líderes partidários decidiram adiar por 24 horas a votação de dispositivos do nde ainda não foram fechados acordos. Entre estes pontos, que deverão ser votados na sessão marcada para hoje à tarde, estão: aplicação imediata dos direitos fundamentais; jornada máxima de seis horas de trabalho diário nos locais que funcionam por turno de revezamento; licença-paternidade de oito dias; prazo para que trabalhadores rurais e urbanos em ações contra seus empregadores; aviso prévio de trinta dias; ampliação para os trabalhadores rurais de diversos direitos que já competem aos trabalhadores urbanos; organização sindical e direito de greve.

Das doze votações realizadas na sessão de ontem — que durou cerca de seis horas — o plenário aprovou apenas duas, ambas como resultado de acordos feitos pelos líderes partidários. Foram mantidos, em sua grande maioria, os artigos que tinham emendas supressivas, o que indica a dificuldade que tanto os setores de direita quanto os de esquerda terão para modificar o projeto de Constituição aprovado no primeiro turno da Assembleia.

Entre as questões que provocaram polêmica desde o início dos trabalhos da Constituinte, ficaram mantidos na nova Carta: a proibição da pena de morte, a não ser em caso de guerra declarada; o mandato de injunção (pelo qual os cidadãos podem exigir ação de inconstitucionalidade nas situações de omissão e de falta de legislação complementar); o mandato de segurança coletivo; o habeas-data (instituto com o qual os cidadãos, brasileiros ou estrangeiros, podem exigir de quaisquer órgãos públicos o acesso e a correção de informações a seu respeito) e a ação popular contra lesão ao patrimônio público ou à moralidade administrativa, todas incluídas no artigo 5, que compõe o segundo capítulo do título II da nova Constituição, referente aos direitos e deveres individuais e coletivos. Esta parte do texto constitucional é considerada como uma das mais avançadas da atualidade, garantindo aos brasileiros amplas liberdades.

Entre os direitos coletivos, foram mantidos na nova Constituição a herança, o direito adquirido, a proibição de pagamento de fiança para crimes hediondos (que serão definidos pela legislação complementar), de terrorismo, de tortura e de tráfico de entorpecentes. Os traficantes que atuarem dentro do território nacional poderão ser condenados à extradição.

Uma fusão de emendas encaminhadas pelos líderes dos partidos proporcionou aos sindicatos o direito de fiscalizar o aproveitamento econômico de criações artísticas ou outras obras.

Como já estava instituído no texto aprovado no primeiro turno, os privilégios

sobre o uso de inventos ficaram restritos às criações conceituadas como “industriais”.

Além da aplicação automática de todos os direitos fundamentais, que possibilita a qualquer cidadão a exigência das garantias aprovadas ontem, assim que a nova Constituição for promulgada — com exceção dos pontos que precisam ser regulamentados pelas legislações complementares e ordinárias, ficou para ser votada hoje a extensão da autoridade para emitir mandados de prisão.

No texto aprovado em primeiro turno, apenas as autoridades judiciárias podem dar ordem de prisão, a não ser em casos de flagrante delito. Isso impede a prisão disciplinar (feita dentro dos setores militares), a administrativa (que pode ser ordenada pelo Ministério da Fazenda, por falta de pagamento de impostos).

Entre os direitos dos trabalhadores, foram aprovados: a proteção contra a demissão arbitrária ou sem justa causa (que poderá ser compensada por indenização); o seguro-desemprego; a unificação do salário mínimo em todo o País; participação dos trabalhadores nos lucros das empresas; a jornada semanal de trabalho de 44 horas; o pagamento das férias anuais em um terço a mais do que o salário normal; licença de 120 dias para as gestantes; pagamento das horas-extras em, no mínimo, 50% a mais do que a hora normal de trabalho; adicional de remuneração para as atividades insalubres ou perigosas e a indenização a cargo do empregador nos casos de acidente de trabalho em que houver culpa da empresa.

Já faz parte da nova Constituição a liberdade para a organização profissional ou sindical, mas a organização dos sindicatos e o direito de greve deverão ser votados hoje.

O plenário deverá decidir se a proibição de formação de mais de um sindicato por categoria será redigida de outra forma, trocando o tempo “sindicato” por “organização sindical”. Segundo os constituintes do PT, se for vitoriosa a segunda redação — que foi aprovada no primeiro turno e modificada pelo relator, Bernardo Cabral (PMDB-AM) —, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) entrará para a ilegalidade.

A contribuição sindical e a proibição de demissão de líderes sindicais também serão decididas hoje pelo plenário. Ficou para ser votada hoje ainda a definição do direito de greve. Existem emendas pedindo a supressão da competência dos trabalhadores para decidir sobre a ocasião e os motivos que levem às paralisações.

Constituinte amplia ...

por José Casado de Brasília (Continuação da 1ª página)

forma não podem ter fiança nem prescritibilidade.

• Não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada, ou perpétua.

• A extradição só será possível de brasileiro naturalizado em crime comum, praticado antes da naturalização ou de comprovado envolvimento com o tráfico de drogas.

• Não há extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

• A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra terão que ser comunicados imediatamente ao juiz e à família.

Grande parte desses dispositivos constitucionais dependerá de posterior regulamentação, em lei ordinária ou complementar. E o caso, por exemplo, da estabilidade relativa no emprego e seus critérios de indenização em dinheiro.

Há nos dois capítulos sobre os direitos individuais, coletivos e sociais, uma série de artigos pendentes, com possibilidade de votação hoje. Ai se incluem até mesmo dois parágrafos que tratam da aplicação de todas essas garantias fundamentais do cidadão imediatamente após a promulgação da Carta.

(Ver página 6)

PUNICÃO — A bancada do PSDB na Constituinte entregou ontem ao presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães, um documento noticiando a reinvindicação providenciada “as mais enérgicas, regimentalmente previstas” para punir os faltosos às sessões da Constituinte.

O texto aprovado da nova Constituição

A seguir, o texto aprovado ontem no segundo turno das votações da Assembleia Nacional Constituinte:

Título II — Dos Direitos e Garantias Fundamentais
Capítulo 1º — Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos
“Art 5º — XXVIII — E assegura, nos termos da lei: a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas; b) aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas, o direito de fiscalização de aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem; OBS: o inciso XXIX do projeto “B” foi acoplado ao inciso XXVIII, alínea “B”. Os demais incisos devem ser reenumerados.

Terrorismo e tortura são inafiançáveis e não têm anistia

XXIX — A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;
XXX — é garantido o direito de herança;
XXXI — a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira, em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que lhes não seja mais favorável a lei pessoal do “de cujus”;

ge ou dos filhos brasileiros, sempre que lhes não seja mais favorável a lei pessoal do “de cujus”;

XXXII — o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;
XXXIII — todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XXXIV — são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;
b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV — a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI — a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito ou a coisa julgada;

XXXVII — não haverá juízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII — é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) o sigilo das votações;
b) a plenitude de defesa;
c) a soberania dos veredictos;
d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX — não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL — a lei penal não retrogrará, salvo para beneficiar o réu;

XLI — a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII — a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena

de reclusão, nos termos da lei;

XLIII — A lei considerará inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os crimes hediondos, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem; (ver observação 1)

XLIV — constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

XLV — nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

“Habeas-data” garante acesso aos bancos de informação

XLVI — a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes: a) privação da liberdade; b) perda de bens; c) multa; d) prestação social alternativa; e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII — não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada;
b) de caráter perpétuo;
c) de trabalhos forçados;
d) de banimento;
e) cruéis;

XLVIII — a pena será cumprida em estabelecimento distinto, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX — é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L — às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LI — nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII — não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIII — ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV — ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV — aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI — são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII — ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII — o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

LIX — será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX — a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigir;

LXI — ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente; (adiada a votação)

LXII — a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à

família do preso ou a pessoa por ele indicada;

LXIII — o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV — o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou interrogatório policial;

LXV — a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI — ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII — não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

Sindicatos e partidos podem impetrar mandado de segurança

LXVIII — conceder-se-á “habeas corpus” sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX — conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por “habeas corpus” ou “habeas data”, seja o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

LXX — o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por: a) partido político com representação no Congresso Nacional;

b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

LXXI — conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXII — conceder-se-á “habeas data”:

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas a sua pessoa, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, em não se preferindo fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXIII — qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular visando a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

LXXIV — o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV — o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

LXXVI — (adiada a sua votação);

LXXVII — são gratuitas as ações de “habeas corpus” e “habeas data”;

LXXVIII — conceder-se-á asilo político. (este será transferido para o Artigo 4º na redação final);

§1º — (adiada a sua votação);

§2º — (adiada a sua votação);
Fim do capítulo 1º

AGENDA
ONTEM
• VOTAÇÃO — A Assembleia Nacional Constituinte realizou ontem a mais ampla votação do segundo turno até agora. Foram aprovados os capítulos I e II do segundo título da nova Constituição, mas os líderes dos partidos decidiram adiar para hoje a votação de diversos pontos polêmicos incluídos nestes capítulos.
HOJE
• ACORDOS — Na manhã de hoje, os líderes partidários deverão reunir-se para tentar fechar acordos sobre as questões polêmicas não votadas ontem. Um grupo vai cuidar especificamente da jornada de seis horas diárias de trabalho nos locais de funcionamento ininterrupto. Devem ser instaladas cinco comissões para adiantar a análise do texto pelos líderes. Está marcada sessão de votação para as 14h30.